

Pacto externo omite tutela, diz Chiarelli

O Governo sonegou no anúncio oficial do fechamento do acordo da dívida externa informações, que contradizem a declaração do ministro da Fazenda, Mailson da Nobrega, de que foi o melhor acordo já feito pelo Brasil. O documento de 170 páginas do acordo estabelece que além da vinculação com o FMI, os desembolsos estão também submetidos à tutela do Banco Mundial (BIRD), que exige, entre outras coisas, a implantação da reforma do sistema financeiro. O acordo está também amarrado ao projeto de conversão da dívida externa em investimento, ou seja, a suspensão da conversão seria considerada descumprimento de cláusula.

A denúncia de omissão de certas cláusulas do acordo da dívida externa foi feita ontem pelo senador Carlos Chiarelli (PFL-RS) e pelo economista Petrônio Portela Filho, que assessora a comissão da dívida externa do Senado. A comissão obteve o documento do fechamento do acordo da dívida externa "por meio de investigações clandestinas e processos policialescos", destacou Chiarelli, já que o Governo se recusou a informar o Legislativo sobre as verdadeiras condições do acordo. "É o espanto sobre as omissões, foi grande", disse Petrônio Portela. Segundo ele, "estamos mais tutelados agora do que na época de Delfim Netto, já que o BIRD é muito mais rigoroso".

Para o senador Carlos Chiarelli, "enquanto prega a austeridade interna, o governo dá mostras de generosidade para com os credores externos". E explica que o Brasil vai pagar pela segunda vez, em menos de um ano, taxas de adesão antecipada sobre o mesmo montante de financiamento. As taxas serão pagas aos bancos que aderirem ao financiamento de US\$ 5,2 bilhões. E como esse valor já inclui a renovação do empréstimo de curto prazo de US\$ 3 bilhões de dezembro de 1987, sobre os quais já foram pagas taxas de participação antecipadas, o Senador afirma que o Brasil estará pagando a mesma taxa duas vezes.

Um outro ponto destacado por Petrônio Portela Filho é o fato de que o período de carência para o pagamento de principal não é pleno. No documento, está previsto que o Brasil deverá fazer pagamentos de principal denominados de "down-payments". Com todos estes pontos mal esclarecidos, a comissão da dívida externa do Senado Federal vai fazer uma análise mais profunda do documento do acordo e convocar novamente o ministro Mailson da Nóbrega.